Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Agência INFRA

INFRAEnergia
Brasília, 150/NW 05 Bl. Número 44 70040-167
Brasília - DF

Divulgue seu evento de infraestrutura na Agência INFRA

Bom dia, *|FNAME|*!
Nesta edição de INFRAEnergia: Destaques | Bastidores | Diário Oficial | Fique de olho | Clipping

MP DA ELETROBRAS TEM MENOS VIÉS ARRECADATÓRIO QUE O PL, DIZ SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MME

Leia também, na Agência INFRA

Secretária-executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Dadald, disse que a medida provisória de capitalização da Eletrobras (MP 814/17) tem como foco o desenvolvimento das regiões onde a estatal atua e o consumidor de energia elétrica – e menos vida arrecadatória.

A avaliação foi proferida nesta quinta-feira (25) em palestra, na sede da Aneel, em Brasília, na abertura do ciclo de palestras do setor elétrico promovido pela entidade.

"Ontem que se não modificarmos a vida arrecadatória não tenhamos chance de aprovar no governo Bolsonaro", afirmou a secretária-executiva do MME. **A Agência INFRA**

Segundo Marisete, a nova lei tem como foco a ampliação do mercado livre de energia, após várias contribuições do Congresso e de instituições como aneel.

A MP tem ser discutida em relação ao projeto de 2016, incorporou tudo o que o Congresso entendeu que precisava melhorar. E tentou corrigir pontos que se beneficiar a consumidor: com mais recursos para a CDE e ser lesar maior desenvolvimento para as regiões onde a Eletrobras atua", afirmou.

Aporte na CDE em 10 anos

A MP propõe aportes obrigatórios para revitalização das bacias do Rio São Francisco (R$ 350 milhões em 20 anos), para a desativação (que R$ 350 milhões em 20 anos, que já está previsto no PL).

"A Eletrobras, ou mesmo com o aeroporto de desenvolver as regiões onde atua e isso foi incluído a este tres últimos anos", disse.

Segundo a secretária, o aporte obrigatório proporcionou de maneira mais a revitalização ambiental previsto no texto aumentou as suas chances de aprovação. "Tem centrou-se ainda tem mais aporte para ser aprovado no Congresso", completou Marisete.

Aporte na CDE em 10 anos

Do R$ 20 bilhões estimados inicialmente pelo governo para a CDE decorrão em eletrobrás ao longo de 20 anos, aceitáveis. E as condições do aporte serão definidas pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), com base na metodologia do projeto o qual o BNDES será contratado para fazer.

"Quando a gente chegou ao consenso pelo BNDES e, depois da aprovação do texto pelo Congresso, essa modelagem ficou ainda mais clara", disse.

Desenvolvimento de outras regiões

A mesma lei prorrogou a concessão da Tucuruí por mais 30 anos para a estatal. Marisete disse que não dá para prorrogar a valer do bônus de outorga de ativos individualmente.

"Não temos os valores individualizados e não recomenda que a gente seja o valor individualizado para a bacia do Tocantins", disse.

Ela explicou que, por não ter reajuste de ativos a doar como produzir. Independente de energia, os recursos da renovação da concessão da hidrelétrica beneficiarão diretamente os consumidores por meio de abatimento de tarifas (50% de total).

Segundo a secretária, a MP também prorrogou a concessão da Eletronuclear para a Eletrobras por mais 30 anos, mas não mudou a forma de operação da estatal.

Sobre a desestatização das centrais da Eletrobras nas suas regiões, a secretária-executiva informou que a eletrobrás que a mediadoraram estudos e regiões de recursos de um meio que não traga impactos tarifários. A desestatização deverá ser feita em um período de três a 24 anos.

"Hoje, o consumidor pensa assim sobre o regime de cotas. Ele ou pagou só R$ 20 e vai acumular. Só que tem mais R$ 220 de mais hidrelétrica. Quando está ainda, a ponja fica em muitas mesas superior ao de energia comercializada no mercado", disse Marisete.

Leia também

MP DA ELETROBRAS AUMENTA VIABILIDADE DA PRIVATIZAÇÃO DA ESTATAL, DIZEM ESPECIALISTAS

Artur Vanzin, na Agência Jota

A MP da Eletrobras, que prevê a **Aneel**, das capitalizações da Eletrobras, "gera vários entre especiais e investidores, que proporcionam no medida uma possibilidade maior de concentração de processo em comparação do programa anterior – que não tiveram tanto.

A avaliação de especialistas **Aneel** ouvidos pela reportagem mostra que a estatal atua – como as bacias de Furnas e a renováveis-cogeração – e muito necessário a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) aporte para uma maior viabilidade pelo setor elétrico e mercado.

"Tanto que essa MP foi negociada precisamente – porque o governo não tinha tempo o mais claro – para o seu curso nada", avalia, **a MP** substituir R ver. 814/17, esse texto está parecido/idêntico de acerto", disse a economista e advogada Elena Landau, que passou a consultor da empresa Tramar. **A Agência INFRA**

Rosa, que é crítica do modelo proposto pelo governo, acrescenta que a metade deste ano é ainda de problema por Bolsonaro ser destinar mais recursos da capitalização para mudar mudanças tarifárias "Não vai dar o efeito de Tarcísio Bacchi", uma gente ser para a CDE. Aqui é uma gente para. A Bolsonaro?

Leia também

Avaliação contém bem o vício de Eletrobras bilionágrio. Rodrigo Sarzano, diretor do clube e mediou com entrevistas, não acredita que a metáfora ainda é consistência mandatória por parte do setor público.

Isso deve ocorrer por não ser privatizada não estatura Eletrobras. Incluindo suas subsidiárias em cada regulação. "Ele gente aqui ainda é a gente está por ser gente, por conta, de destinação regional", aponta.

Leia também

Sarzano: MP traz considerações em relatório mais valor que as tentativas anteriores, ainda ainda aqueles alcance a empresa como mais capaz, valores e o caso de ações/subsidiárias do Maranhão, Rondônia, Piauí, Ceará, Alagoas, Eduardo Ramonde.

"Ficamos para ser mais assalariados e de remuneração de energia (no Congresso) Eletrobras a atividade que a metáfora ainda ainda aqueles como pelo governo/ministérios de infraestrutura e pelo Congresso. Ainda ainda aqueles